

OS CONCEITOS DE CULTURA E LINGUAGENS NA HISTORIOGRAFIA: UM DEBATE INTERDISCIPLINAR

Fabio Feltrin de Souza¹

Resumo:

Este artigo tem o objetivo de problematizar as noções de cultura e linguagens no interior da historiografia contemporânea, a partir de uma abordagem interdisciplinar. Para isso, propõe-se dois momentos: primeiro, analisar as apropriações do conceito de cultura operadas pela Nova História Cultural, identificando seus limites e ponderações; segundo, propor a noção de linguagens, recolhida dos estudos culturais e pós-estruturalistas, como um possível caminho para o debate no interior das ciências humanas. Por fim, é reconhecida a importância dos modelos estruturalistas e economicistas na metade do século XX, mas avalia-se que a Nova História Cultural parece possuir as ferramentas mais adequadas para analisar os problemas emergidos no contemporâneo.

Palavras-chave: Nova História Cultural; Estudos Culturais; Cultura, Linguagens; interdisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação do arco de objetos, problemas e abordagens trazidos pela Nova História Cultural (NHC) possibilitaram uma sofisticação de suas análises na busca por compreender como mulheres e homens atribuíram sentido à suas vidas e ao mundo. Essa ampliação aconteceu concomitante à denúncia da incapacidade dos modelos explicativos da metade do século XX de abarcar a complexidade da vida humana, desconsiderando sua radical historicidade. Ademais, os historiadores culturais buscaram em pensadores como Marcel Mauss e Émile Durkheim chaves interpretativas para compreender como a realidade era de fato construída mediante uma complexa teia de sinais e sentidos atribuídos. Nesse jogo de representações, a

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Coordenador da Especialização Gênero e Diversidade na Escola e vice-líder do grupo de pesquisa "Historiografia, Linguagens e Memória na Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, Brasil. E-mail: fabio.feltrin81@gmail.com



concretude dura de um real ausente fora substituído por uma intrincada rede de significações produzida pela linguagem. Com isso, percebemos que os sujeitos constroem verdades sobre o real, traduzindo-o através de práticas sociais, discursos e imagens que, entrelaçados, qualificam o mundo e condicionam todas as relações sociais (PESAVENTO, 2008, p. 13).

O gesto de representar e significar o mundo é operado pela linguagem e suas formas de expressão codificada. Dessa maneira, a língua, a literatura, as artes, a fotografia, as imagens, os sons, a televisão, a internet, por exemplo, são potentes instrumentos de consolidação de significados. E na medida em que fabricam verdades, que carregam uma intrínseca historicidade de suas formas, conteúdos, suportes e relação de produção, merecem ser objetos de estudo.

Pretendemos neste artigo examinar duas questões que suspeitamos estarem diretamente ligadas à prática do historiador, do educador e do cientista social neste incipiente século XXI: num primeiro momento, problematizaremos algumas críticas proferidas à Nova História Cultural, sobretudo a partir do prognóstico feito por Peter Burke de que após “o paraíso vivido” por este ramo da historiografia, uma onda de ataques aos seus pressupostos e suas pretensas fragilidades ganharia corpo numa espécie de “vingança”. Feito isso, e sem buscarmos hierarquias entre vários campos ou domínios da história, apresentaremos um possível caminho no interior da História Cultural a partir de um debate interdisciplinar centrado nos Estudos Culturais. Este caminho mira o encontro da história com as problematizações em torno das várias linguagens que constituem os artefatos culturais na modernidade. Importante destacar que por linguagens compreendemos todos os dispositivos que acionam e constroem a realidade contemporânea. Assim, arriscaremos um tear relacional entre a noção de artefato cultural e linguagens, aproximando os vários campos do saber das ditas Ciências Humanas.

2 A VINGANÇA DO SOCIAL?

Publicado no Brasil em 2005 e reeditado em 2008, *O que é História Cultural?*, do inglês Peter Burke, propõe-se a fazer um balanço da trajetória da

História Cultural e das várias apropriações do conceito de “cultura” pela historiografia. De Burckhardt e Huizinga aos estudos culturais, pós-coloniais, feministas e à Nova História Cultural, tal qual praticada por Lynn Hunt e Roger Chartier, a noção de cultura parece ter se tornado hegemônica nas Ciências Humanas (BURKE, 2008, p.146). Tanto é verdade que Sandra Pesavento, no mesmo ano de 2008, ao avaliar os caminhos e percursos deste campo, confirmaria sua supremacia afirmando que a maior parte da produção científica nacional estaria concentrada nessa corrente historiográfica (PESAVENTO, 2008, p. 11).

Burke supõe, ou antevê, que havia uma crescente sensação de que esse império fora longe de mais, já que nem todos os historiadores e cientistas sociais teriam encarado com tranquilidade ou entusiasmo o deslocamento da “história social da cultura, para história cultural da sociedade” (CHARTIER, 2002). Além disso, afirmou que a principal reação crítica à Nova História Cultural seria uma espécie de “vingança da história social”. As reações ao arcabouço teórico da NHC, do *Linguistic Turner* e das bases epistemológicas do pós-estruturalismo foram rapidamente discutidas pelo historiador inglês e a elas voltaremos mais à frente. Peter Burke, entretanto, talvez não tivesse muita dimensão do alcance dessa “vingança”, pelo menos em terras brasileiras, uma vez que ela já estava em curso.

A coletânea *Domínios de História*, de 1997, e *Um historiador fala de teoria e metodologia*, de 2005, ambas assinadas por Ciro Flamarion Cardoso, podem ser consideradas as principais obras que fizeram o contraponto à propagação dos Estudos Culturais e pós-estruturalistas no interior da História. Elas procuram enfrentar de maneira frontal os pressupostos epistemológicos, políticos e os conceitos centrais que gravitariam em torno da Nova História Cultural e do chamado pós-modernismo. Na obra de 2005 o professor da Universidade Federal Fluminense escreveu que

[...] os pós-modernos têm todo o direito de combater o conceito de evolução e quaisquer das correntes evolucionistas: mas, não, de fingir que o evolucionismo tenha morrido. Como vimos, ele está *alive and kicking*, como se diz em inglês. É cômodo ignorá-lo, mas trata-se de uma comodidade preguiçosa, baseada na ignorância e má-fé. Por sua vez, os “fins da História” proclamados sob o signo dos neoliberalismos e neoconservadorismos recentes não passaram de teorias de intelectuais excessivamente ligados a regimes socialmente perversos e politicamente reacionários (CARDOSO, 2005, p. 35).

Em resposta às contundentes afirmações, o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Durval Muniz Albuquerque Junior, problematiza o método de reflexão operado, questionando a validade de um debate permeado por adjetivações excessivas e esvaziadas de conteúdo e comprovação empírica, já que termos como:

[...] pós-modernos, conservadores, neoconservadores, idealistas, populistas, ideológicos, irracionalistas, narrativistas, reacionários, de direita, perspectivistas, ultrapassados, marxistas, realistas, racionalistas, são brandidos sem que nunca sequer se discuta o que significam, como se fossem auto-evidentes ou se houvesse consenso sobre seus significados, sendo usados, portanto, como meras pechas desqualificadoras que, ao invés de instaurarem o debate, o desestimulam de saída (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 192).

Com isso, Durval sugere que o debate colocado nesses termos não passaria de uma batalha contra um inimigo a ser derrotado, reduzindo a discussão, portanto, a um perigoso maniqueísmo. Para tal empreendimento, o gesto da desqualificação gratuita, ou da “excomunhão”, seria a metodologia mais empregada, buscando, assim, desautorizar um autor, uma obra ou um campo inteiro, como no caso da História Cultural. Negando as possibilidades advindas da multiplicidade e da heterogeneidade de abordagens, Cardoso, numa espécie de “marcathismo historiográfico”, não esconde o desejo de censura, impugnação e obliteração da NHC, almejando seu fim:

[...] acho que o movimento de idéias em cujo bojo tomou forma a História Cultural já está sendo superado, como foi mencionado ao começar. Acredito que, de um lado, as debilidades intrínsecas dessa forma de pensamento e de História são evidentes demais para que ela perdure por muito tempo; e, de outro, que as mesmas circunstâncias históricas que favoreceram o seu fortalecimento se encarregarão de entrar, no futuro próximo, a sua persistência (CARDOSO, 2005, p. 158).

Nessas e em outras passagens das duas obras assinadas por Ciro Cardoso, parece haver um certo mal-estar com a temporalidade, ou seja, com a historicidade da escrita da história, como proposta, por exemplo, por Michel de Certeau (1973). Uma história imóvel, centrada no racionalismo iluminista, nas práticas positivistas de validação do saber e num mal disfarçado conceito metafísico de verdade e de passado parecem pairar sob os ataques proferidos pelo historiador contra tudo que gravita em torno do pós-estruturalismo, dos Estudos Culturais e da Nova História Cultural. Nesse sentido, vale lembrar que o historiador alemão Reinhart Koselleck já havia afirmado que a história deve produzir enunciados verdadeiros e admitir a

relatividade desses mesmos enunciados, uma vez que o conjunto de problemas, ordenamentos e regramentos vigentes nos mais variados tempos são distintos entre si (KOSELLECK, 2011). Uma das lições da modernidade, aliás, residiria justamente no reconhecimento da historicidade de práticas epistemológicas ou modos de vida. A NHC e outros campos da história, como a própria História dos Conceitos, têm nos mostrado isso de maneira bastante sólida e profícua nas últimas décadas.

Para Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas, também organizador de *Domínios da História* (1997, p. 211), a Nova História Cultural seria fruto de uma onda cética, conservadora e irracionalista e teria transformado a História, antes guardiã das certezas e das explicações globalizantes, ao abrigo da estrutura e da matemática, em uma refém do subjetivismo, do particular, dos microtemas, da fragilidade epistemológica e da desconexão com as estruturas. Os ventos da História Nova e da NHC teriam reduzido a prática historiográfica a um conjunto de migalhas, como afirmou François Dosse (2003). Repetida exaustivamente pelos defensores das análises estruturais, a fragmentação seria uma “doença a ser curada”. De fato, a NHC (e os estudos culturais, feministas, *queer*, pós-coloniais e pós-estruturalistas) opôs-se frontalmente aos esquemas fechados e aos modelos coerentes vigentes nos anos de 1950/60, já que pretende interrogar e problematizar a complexidade, a diversidade e heterogeneidade da realidade. Abordar as múltiplas variáveis dessa intrincada trama em nada acarreta na perda da visão de conjunto, compreendido como instável e mutável, já que, como afirma Durval, o historiador jamais conseguiria abordar seu objeto sem articulá-lo a um processo histórico mais amplo (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p. 205).

Não seria forçoso afirmar que a NHC (e não apenas ela) tornou mais complexa a análise do historiador, refinando, pois, seu olhar. Ao trazer uma quantidade significativa de novos problemas, novos objetos em novas abordagens, o historiador, em diálogo com a Antropologia, com as Artes e com a Teoria Literária, deparou-se com um mundo mais diverso e heterogêneo. Deparou-se com o não-econômico, com as expressões simbólicas que se revelam em regras invisíveis (THOMPSON, 2002, p.21), com representações e práticas discursivas; deparou-se com jogos de poder, com lutas, com uma arena de disputas sem fim no campo da cultura. De culturas, na verdade. Isso porque, seguindo o antropólogo Marshall

Sahlins, compreendemos que a “história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas” (2003, p.6). Ao passo que esses esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, são reavaliados quando efetivados na prática.

O resultado desse encontro se desdobra em um número ímpar de ações criativas dos sujeitos históricos. Por isso, por mais que devamos nos preocupar com os perigos unificadores, confortáveis e consensuais inscritos na noção de “cultura”, perigos estes compreendidos por Peter Burke como uma das fragilidades da NHC, acreditamos, em conformidade com Edward Thompson e Durval Albuquerque Júnior, que seu uso deva ser regulado pela força operacional do termo e não simplesmente descartado. Tal qual as noções de “sociedade” ou “economia”, a de “cultura”, por ter uma historicidade, por ser ampla e heterogênea, precisa e merece cuidados metodológicos rigorosos.

Nesse sentido, os artefatos culturais, que aqui tratamos como linguagens, são importantes objetos a serem problematizados, já que são instrumentos de intervenção no mundo, produtores de sentidos que mobilizam uma grande cadeia de signos e significados num determinado enredo cultural. Dessa forma, as várias linguagens, construtoras dos sentidos na modernidade, possibilitam uma leitura do real, já que ele não se resume a uma esfera bruta ou empírica, imediata aos sentidos. Ele é também uma construção conceitual, cultural, histórica e linguística articulada pelos jogos de poder e pela nossa capacidade de simbolizar, conceituar e significar o mundo (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p. 199). A realidade é, portanto, ao mesmo tempo empírica e simbólica; ganhando *status* de evento mediante uma operação historiográfica. Por isso, é possível afirmar que para os praticantes da História Cultural:

[...] o real é sempre um conceito, pois nasce de operações de significação, de classificação, de racionalização, de rememoração, de imaginação, empreendidas por homens situados num dado momento e numa dada sociedade, cultura, classe social, categoria de gênero, etnia, geração (ALBUQUERQUE, JUNIOR, 2006, p. 210.)

3 O USO DAS LINGUAGENS

As problematizações lançadas aos processos de produção e recepção/apropriação das várias linguagens pelos distintos grupos sociais

configuram-se num gesto privilegiado para compreender como homens e mulheres deram sentido aos seus mundos, como se relacionaram com seu presente, consigo e com suas expectativas de futuro (PESAVENTO, 2008, p. 11). O cinema, o rádio, a fotografia, a moda, as literaturas, as canções, a internet, a televisão, as revistas, as imagens, a historiografia podem, cada um ao seu modo e com suas metodologias específicas de análise, serem chaves importantes de análise das tramas sociais, dos jogos de poder, dos discursos hegemônicos e subalternos, da mobilização de sentimentos, paixões, dores, dos regimes de verdade, modos de existir, de racionalidades que foram responsáveis por práticas sociais. A partir da análise das linguagens, compreendidas como apresentação (e não representação da ausência), já que são o real em seu devir construtivo, abrem, a partir da intervenção do pesquisador, todo um sistema de ideias e imagens, todo o conjunto de sinais, símbolos, valores, codificações, desejos e verdades responsáveis pela construção social da realidade. A elaboração do real é traduzida por imagens, discursos e práticas sociais “que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre essa realidade” (PESAVENTO, 2008, p. 13).

As linguagens atestam uma intensão de comunicar e por isso são dotadas de sentidos e produzidas a partir de uma ação humana intencional. Dessa forma elas possuem a condição de serem simbólicas, ou seja, são portadoras de significados para além daquilo que é mostrado (PESAVENTO, 2008, p. 99). O cinema, um texto, uma imagem, o rádio, a revista, um brinquedo, a televisão, a história em quadrinhos, como já afirmamos, são construções humanas. Por isso, suas condições materiais de aparição devem também estar presentes nas preocupações dos historiadores, já que o suporte de uma determinada linguagem, suas condições técnicas, o orçamento, a distribuição, o grupo social dos envolvidos, as relações de poder emaranhadas na construção do artefato podem revelar muito ao pesquisador. Um determinado artefato é uma construção, uma interpretação, uma recriação do real, ao passo que ele pode ganhar contornos de um “efeito de real”, de uma “verdade”. Ele pode traduzir uma experiência do vivido ou uma sensibilidade vivenciada pelos sujeitos que a compuseram, da mesma maneira que o artefato, por ser linguagem, inscreve marcas de verdade nos corpos produzindo, assim, subjetivações. Há aí um radical senso de historicidade, inclusive dos próprios

sujeitos deslocados doravante das categorias metafísicas, universais e atemporais, na medida em que cada sociedade, num espaço temporal demarcado, produz sua própria economia da verdade (FOUCAULT, 1989, p. 12). Essa economia está inscrita numa ordem discursiva a reger o que deve ser dito, bem como os silenciamentos, produzindo, assim, efeitos substantivos sobre sujeitos. As várias linguagens, também imbricadas nas malhas do poder e organizadas nessa ordem discursiva, instauram identidades e produzem as conexões entre as coisas e o mundo, forjando o próprio mundo (COSTA, 2000, p. 3). Seguindo esse raciocínio, a realidade seria uma operação histórica mediada pela linguagem, já que:

[...] a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1989, p. 12).

É preciso, pois, avaliar os modos como esses artefatos operam na produção dos corpos, das verdades, dos desejos, dos gêneros, das crenças. São importantes instâncias produtoras de subjetividades e identidades de toda ordem. Dessa forma, pode-se supor que na modernidade, através do grande volume de informações que se disseminam por meio de seus artefatos culturais, tem se produzido efeitos na modelação dos indivíduos. Os jogos de poder na qual a emergência das variadas linguagens estão inscritos indica que há um amplo e produtivo campo de discussões a ser privilegiado pelo historiador, pelo educador e pelo cientista social, uma vez que esses jogos são pautados pela imposição de significados a respeito dos modos de viver, sentir e pensar possíveis de ser problematizados num determinado tempo. As linguagens, compreendidas como elementos culturais, oferecem narrativas que capturam e reproduzem sentidos circulantes numa sociedade. Elas podem funcionar como dispositivos produtivos, pelo fato de produzirem e disseminarem saberes que incidem nos modos de ser e estar dos sujeitos. Pode-se dizer que os sistemas de representação produzidos são veiculados por meio das linguagens, classificando e posicionando os sujeitos, governando seus corpos. Da mesma forma que podem oferecer possibilidades de escapar da captura dos dispositivos de controle, abrindo

territórios para invenção de outros modos de ser e estar, como bem apontou Michel Foucault ao tratar das heterotopias. Por isso, analisar o conjunto da produção cultural de uma sociedade, através de suas diferentes linguagens, possibilita a compreensão do padrão de comportamento e a constelações de ideias, sentimentos e valores compartilhados (COSTA, 2000).

Importante destacar que as culturas não são manifestações orgânicas de uma determinada sociedade ou grupo social e nem uma esfera autônoma de padrões estéticos, mas estão em permanente conflito com as representações ligadas aos processos de composição e recomposição dos artefatos e suas significações (COSTA, 2000). Stuart Hall, aliás, já havia constatado que é na esfera cultural que as lutas por significações acontecem. Nela, grupos subordinados procuram fazer frente às imposições de significações que sustentam os interesses dos grupos melhor colocados na estrutura social (HALL, 2000). De alguma forma, tais ponderações sustentam o argumento de Roger Chartier de que a percepção social não esta na esfera da neutralidade. É resultado de estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de um outro, pois habita o campo das concorrências e competições, cujos desafios se mostram em termos de poder e dominação (CHARTIER, 2002). Isso porque as lutas pelas representações são tão válidas quanto às lutas econômicas para que seja possível compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe ou tenta impor sua concepção de mundo e seus valores. Por isso, linguagens como o cinema, a televisão ou as canções, por exemplo, são *topos* privilegiados para problematizar essas lutas. Tais linguagens não seriam, portanto, apenas manifestações culturais, mas práticas de representações, pois inventam sentidos que circulam na arena cultural onde os significados são criados, recriados e negociados. Mediante esse argumento não seria equivocado, portanto, afirmar que as culturas operam a partir de suas linguagens.

Tal assertiva coloca ao pesquisador uma série de desafios. Entre os principais, destacamos que os estudos culturais, e por conseguinte a NHC, são percebidos como um campo multitemático e de difícil definição. Se por um lado os críticos identificam tal característica como falta de solidez metodológica, por outro, nós constatamos aí um sintoma deste tempo, ou seja, uma ampliação das

possibilidades de trabalho do historiador, atento à polifonia, à heterogeneidade, à multiplicidade, ao novo. Dessa forma, acreditamos que:

[...] qualquer coisa que possa ser lida como um texto cultural e que contenha em si mesmo um significado simbólico sócio-histórico capaz de acionar formas discursivas, pode se converter em legítimos objetos de estudo: desde a arte, literatura, leis, manuais de conduta, esporte, música, meios de comunicação, até as atuações sócias e estruturas do sentir (RIOS, 2002, p.247).

4 FICÇÕES

Estas linguagens, que também são ficções, possuem marcas muito próprias que se colocam para além da noção historicista de “fonte” e “arquivo”. Em *Mal de Arquivo* Jacques Derrida procurou afastar-se da operação que transformou o arquivo em experiência de memória, lugar da lembrança, da verdade, da história. Tal como um abrigo ou um depósito, ele era entendido como guardião da fonte, à espera do historiador para atestar o imperativo de sua lei (DERRIDA 2001, p. 13); à espera do gesto hermenêutico de desvendar os segredos do papel ou à espera, ainda, do inventário, da lista, do relatório que continha a verdade pura e cristalina da fonte. Nele, entretanto, podemos encontrar marcas, inscrições, impressões, traços. Por isso, Derrida afirma que devemos ir ao arquivo para limpar a poeira e armar outros ordenamentos; conferindo, assim, novos sentidos e novos usos (DERRIDA 2001, p. 15). Seguindo esse caminho, podemos afirmar que o historiador cria suas narrativas, seus enredos, a partir de traços e fragmentos dispersos pelo mundo. Isso fica mais evidente se nos detivermos na enigmática frase escrita por Derrida em 1987: *Ily a la cendre* (Há aí as cinzas) (DERRIDA 1987, p. 23). Essa cinza, o falecimento do fogo, é a sobrevivência dos fantasmas que perambulam pelas ruínas da história, prontos a retornarem. Por isso, não há fogo, não há ser, não há ontologia do passado; há tão somente o vestígio que resta. Tomando as várias linguagens como evidências desse vestígio, e não como “fonte” e cotejando-as com tipologias documentais distintas, é possível investigar não apenas suas condições de emergência, como também problematizar o ativo e potente processo de construção de subjetividades e singularidades.

Vasculhar a capacidade de significar o mundo presente nas várias linguagens parece distanciar-se da busca pelo “fogo” original e afirma-se, ao

contrário, como o próprio gesto de mexer nesses documentos-cinza. As linguagens não são monumentos estáticos, já que a operação historiográfica deve ativar e reconhecer sua força performática, pois é nessa operação que eles queimam novamente, ganhando vida (DIDI-HUBERMAN 2006, p.15). Nessa trama não se pode afirmar que a origem seja um edifício estático à espera do seu desvelamento, da mesma forma que a “fonte” não poderia revelar o passado ou ser um acesso a sua verdade oculta. A origem nada teria a ver com a gênese das coisas, nem mesmo designaria aquilo que vem depois: a origem e a “fonte” carregam o paradoxo de sua própria incompletude, já que são devir, movimento, metamorfose, carregadas de camadas temporais.

Ao tratar os artefatos culturais de tal forma, nos afastamos da tradição metafísica ocidental inaugurada por Platão através da famosa passagem do livro VII da República. Na dramática “alegoria da caverna”, o filósofo ateniense sugere que os objetos que enxergamos não passariam de simulacros da verdade, de sombras carregadas de falsidade. Acompanhando Stoichita, Márcio Seligmann-Silva (2013, p. 22) recupera a passagem em que Platão identifica as sombras (*skias*) como o estágio mais distante da verdade, implicando diretamente na teoria das artes como *mimesis*, na qual reserva à imagem o lugar de uma ilusão mimética. Assim, para Platão, e a longa tradição que o sucedeu até Nietzsche, a arte não passaria de mera cópia da cópia, de reflexo débil de uma realidade já falsa. Produtora de hierarquias poderosas, a elaboração platônica estabeleceu que o mundo sensível seria uma cópia das ideias e qualquer tentativa de produção artística, ao nível sublunar, seria o sintoma de que viveríamos efetivamente sob o domínio das *eikasias* (imagens), submetidos, portanto ao erro, ao falso, à ilusão. Desse modo, a cultura e suas produções seriam falsificações de um “real” que nos falta, o que na tradição do marxismo vulgar tornou-se superestrutura, ideologia, e, por isso, desprovida de capacidade de compreensão desse “real”, já que a única explicação possível viria apenas das análises da infraestrutura econômica.

Com os transcorrer dos séculos XVIII e XIX e a emergência de um novo regime de verdade pautado pelo positivismo e pela urgência de comprovação, a ficção será violentamente apartada da noção de fato e seus registros merecerão ordens e regulações diametralmente opostas. Essa disjunção conceitual marcaria a

constituição e a legitimação da História como discurso científico que encontrou na famosa assertiva de Leopold von Ranke, “conhecer o passado como ele realmente aconteceu”, sua marca genética, transformando o domínio do ficcional no outro do comprovável pela documentação, logo do falso.

Nietzsche de alguma forma já havia antecipado o esgotamento dessa organização ao se debruçar sobre as ilusões e enganos da atividade cognitiva típica do historicismo e do positivismo. Para o filósofo nada estaria dado como real, a não ser o mundo dos desejos e paixões, já que não haveria realidade fora dos nossos impulsos, pois pensar seria apenas uma inter-relação desses impulsos (BRAIDA 1998, p.18). Isso nos leva a constatar que as impressões sensoriais são completamente sem-sentido quando tomadas em-si mesmas. A experiência dos objetos, portanto, resultaria numa luta dessas impressões com a linguagem que as ordena. Assim, “não há nenhum fato imediato, tanto ao nível das sensações como ao nível do pensamento. Um pensamento e uma sensação são sinais de alguma outra coisa” (BRAIDA 1998, p.35). E essa “coisa” somente adquire um sentido na medida em que é interpretada por um esquema organizador, por condições de normatização. Em outras palavras, a criação de um sentido, o ato de conhecer é uma atividade temporal; histórica, portanto. Desse modo a afirmação de que não há fatos ou objetos dados do mundo implica em dizer que não existe nenhum *factum* em si. Aí residiria sua principal refutação a Descartes e Kant, mais tarde radicalizada por Heidegger na destruição da tradição ontológica empreendida em *Ser e Tempo* ou no caligrama “*Ceci n’ ai pas une pipe*”, de Magritte.

Aprofundando estas interrogações, o norte-americano Hayden White, em *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, percebeu que a narrativa histórica funcionaria de modo arbitrário em relação ao acontecimento. Ela carregaria uma potência ficcional, na medida em que existiria algo de artificial na operação empreendida pelo historiador. Tal potência deve-se por três motivos: primeiro, porque “conhecer o passado como ele realmente aconteceu” apresenta-se como cognitivamente impraticável, ou seja, seria impossível refletir sobre as coisas elas-mesmas; segundo, porque o historiador lida diretamente com a linguagem e, dada a sua artificialidade, lida com recursos narrativos para produzir sentido; e por último, a própria escrita do historiador, a partir dos códigos de validação e verificação,

produziria um novo sentido aos eventos, uma vez que o passado parece continuar a movimentar-se no tempo. Dessa forma, a historiografia não seria outra coisa se não uma das várias linguagens das quais estamos aqui tratando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lidar com essas várias linguagens e suas capacidades de significar o mundo, de criar um ordenamento simbólico e prático, o historiador e o cientista social devem estar atentos a um percurso labiríntico, já que parece improvável acessar uma verdade de pronto, sobretudo a verdade do passado. Os artefatos culturais passam a ser compreendidos como acontecimentos imbricados, como afirmamos, numa ordem discursiva, numa certa economia da verdade. Por conta do seu caráter produtivo na invenção dos sujeitos e nos processos de subjetivação, essas linguagens, esses artefatos, não podem ser negligenciados, sobretudo devido a sua quase onipresença no mundo contemporâneo.

Como qualquer corrente de análise, como qualquer campo epistemológico, a Nova História Cultural e os Estudos Culturais apresentam limites e, como de praxe no mundo da ciência, devem ser debatidos e colocados em perspectiva. Entretanto, suas prerrogativas parecem ter acompanhado a historicidade e seus deslocamentos e propuseram uma importante revitalização das ciências humanas. Para além da tal “vingança”, antevista por Peter Burke, estes estudos parecem funcionar como um importante antídoto às excessivas pretensões do historicismo clássico, do marxismo economicista e do estruturalismo da era Braudel (AURELL, 2004, p.15). Os esquemas, as estatísticas sociológicas, a cliometria, a curva dos preços, as análises demográficas, os estudos de produtividade econômica podem ter perdido volume e prestígio em termos de produção acadêmica. Contudo, sua importância na história da historiografia é central se pensarmos o século XX. Por outro lado, sabe-se que seus rígidos modelos são ineficazes frente às novas e complexas demandas do conhecimento. A NHC, mediante sua operação a partir dos conceitos de cultura, de linguagens e artefato cultural, ainda parece estar mais sintonizada com os problemas que não cessam de emergir no presente.

CONCEPTS OF CULTURE AND LANGUAGES IN HISTORIOGRAPHY: AN INTERDISCIPLINARY DEBATE

Abstract:

This article aims to problematize the notions of culture and languages in the interior of contemporary historiography, from an interdisciplinary approach. For that reason, two moments are proposed: first, by analyzing the appropriation of the concept of culture operated by the New Cultural History, identifying its limits and weights; secondly, by proposing a possible path to the debate in the core of humanities from the notion of languages collected in cultural and post-structuralism studies. Finally, it is recognized the importance of structuralistic and economic models in the mid-twentieth century, but it is evaluated that the New Cultural History seems to have the most appropriate tools to analyze the problems emerged in the contemporary age.

Keywords: New Cultural History. Cultural Studies. Culture, Languages. Interdisciplinarity.

LOS CONCEPTOS DE CULTURA Y LENGUAJES EN LA HISTORIOGRAFÍA: UN DEBATE INTERDISCIPLINARIO

Resumen:

Este artículo tiene el objetivo de problematizar las nociones de cultura y lenguajes en al interior de la historiografía contemporánea, a partir de un abordaje interdisciplinario. Para ésto, se proponen dos momentos: primero, analizar las apropiaciones del concepto de cultura operadas por la Nova História Cultural, identificando sus límites y ponderaciones; em segundo lugar, proponer la noción de lenguajes, tomada de los estudios culturales y posestructuralistas, como un posible camino para el debate al interior de las ciencias humanas. Por fim, es reconocida la importancia de los modelos estructuralistas y economicistas de mitad del siglo XX, pero se evalúa que la Nueva Historia Cultural parece poseer las herramientas más adecuadas para analizar los problemas contemporáneos.

Palavras-chave: Nueva Historia Cultural. Estudios Culturales. Cultura. Lenguajes. Interdisciplinarietà.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos Sobre História da História**. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2006, p.192-215.

AURELL, Jeume. Los Efectos del Giro Lingüístico en la Historiografía Reciente. In: **RILCE**, n. 20, 2004, p.1-16.

BELTING, Hans. **O fim da História da Arte**: uma revisão dez anos depois. São Paulo: Cosac Naif, 2012.

BRAIDA, Celso. A crítica do conhecimento em Nietzsche. In: *Nietzsche*: uma provocação. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997, p.33-80.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: EDUSC, 2005.

CHARTIER, Roger. **À beira da fablesia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

DERRIDA, Jacques. **Feu la cendre**. Paris: Éd. Des femmes, 1987.

_____. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIDI-HUBERMAN, Georges. L'image brûle. In: ZIMMERMANN, Laurent. **Penser par les images**. Nantes: Cécile Defaut, 2006.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

HALL, Stuart. (2000). O legado teórico dos *cultural studies*. In: **Revista de Comunicação e Linguagens**, Universidade Nova de Lisboa, nº 28, out.

PESAVENTO et all (org). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em História Cultural. Porto Alegre: editora Asterisco, 2008.

JAY, Martin. **Downcast eyes**: the denigration of vision in twentieth-century french thought. California: University of California Press, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora da PUC, 2011.

RÍOS, Alicia. Los estudios culturales y el estudio de la cultura em América Latina. In: MATO, D., (coord.). **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder**. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2012. p. 247-254. Disponível em: < <http://www.globalcult.org.ve/Alicia%20R%EDos%20.pdf> >. Acesso em: 15 jun. 2014.

SELIGMANN-SILVA Márcio. Ficção e imagem, verdade e história: sobre a poética dos rastros. In: **Dimensões**, vol. 30, 2013, p. 17-51.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Artigo

Recebido em 09 de abril de 2015

Aceito em 11 de novembro de 2015